



## **Custo médio da dívida pública alcança 9,5% em fevereiro**

*O cenário internacional adverso, as incertezas na política fiscal doméstica, a inflação alta e o aumento da Selic têm elevado rapidamente o custo médio da dívida pública*

A Instituição Fiscal Independente (IFI) divulga nesta quarta-feira (13) o Relatório de Acompanhamento Fiscal de abril, com o desempenho dos principais indicadores econômicos e fiscais.

### **Inflação**

A inflação ao consumidor teve alta de 1,62% em março, chegando a 11,3% no acumulado em 12 meses. O resultado, o maior para o mês de março desde 1994, ficou 0,61 p.p. acima do observado em fevereiro: 1,01%.

O grupo com maior variação no mês e impacto no índice cheio foi o de transportes (3,02%), influenciado principalmente pela alta nos preços dos combustíveis (6,70%) – a gasolina subiu 6,95% em março e acumula variação de 27,48% em 12 meses.

Na sequência, o grupo alimentação e bebidas (com alta de 2,42%) refletiu, principalmente, o comportamento dos preços dos alimentos para consumo no domicílio (que subiu 3,09% em março e acumula variação de 13,7% em 12 meses). Juntos, os dois grupos contribuíram com aproximadamente 72% da taxa de variação do IPCA de março.

### **Taxa de juros**

Em sua última reunião, o Copom decidiu elevar a taxa Selic em 1 p.p. para 11,75% a.a., e ainda indica que haverá outra elevação de mesma magnitude em maio.

O comitê destacou que o ambiente externo piorou significativamente com o conflito entre Rússia e Ucrânia, impactando as condições financeiras e aumentando a incerteza em torno do cenário econômico mundial. Conseqüentemente, os títulos atrelados à Selic seguirão ganhando participação no estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), ao mesmo tempo em que o custo médio da dívida continuará em elevação.

### **Dívida pública**

Em fevereiro, as emissões líquidas da DPMFi foram de R\$ 78,6 bilhões. Desse montante, R\$ 21,4 bilhões corresponderam a títulos com remuneração prefixada. As emissões líquidas de títulos atrelados à Selic totalizaram R\$ 65,2 bilhões no período.

Nos últimos meses, o Tesouro tem concentrado as emissões em papéis remunerados por taxa flutuante, o que ajuda a entender o movimento de elevação do custo médio do estoque e das ofertas públicas da DPMFi. Em fevereiro, o custo médio do estoque já atingiu 9,25% ao ano, sendo 9,5% o das novas emissões.

## **PIB**

Os dados setoriais mais recentes reforçam o cenário de baixo crescimento esperado para o PIB do primeiro trimestre de 2022. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) recuou 1,0% entre janeiro e fevereiro, influenciado pelos números negativos do comércio varejista, do setor de serviços e da indústria, e a produção industrial de fevereiro reverteu apenas uma parte da queda registrada no mês anterior.

Segundo o último Boletim Focus, divulgado em 26 de março, a previsão de mercado para o PIB de 2022 está em 0,5%. A projeção atual da IFI para o crescimento da economia brasileira em 2022 (alta de 0,5% frente a 2021) encontra-se em linha com o consenso de mercado e pouco acima do carry-over deixado pelo resultado do PIB do quarto trimestre de 2021 (0,3%).

## **Redução de impostos**

Segundo o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do Ministério da Economia do primeiro bimestre, a arrecadação do IPI deve ser menor que o previsto na LOA em R\$ 28,2 bilhões, impactada pelas medidas de redução da alíquota que entraram em vigor neste ano. Na mesma linha, a arrecadação do PIS/Cofins apresentou uma perda de R\$ 42 bilhões em relação ao previsto no Orçamento.

## **Teto de gastos**

As despesas discricionárias do Poder Executivo superaram em R\$ 1,7 bilhão o limite estabelecido. Cabe lembrar que o teto de gastos de 2022 para a União foi fixado em R\$ 1.681,0 bilhões, R\$ 1.608,3 bilhões dos quais para o Executivo. Os demais Poderes apresentam uma situação inversa, com uma margem de R\$ 3,0 bilhões para despesas discricionárias.

## **Relatório de Acompanhamento Fiscal**

Produzido mensalmente pela IFI, o RAF traz avaliações conjunturais sobre a macroeconomia, receitas e despesas públicas, e o ciclo orçamentário. Duas vezes por ano, o relatório também traz atualizações das projeções macrofiscais da IFI para os próximos anos, na forma de cenários base, otimista e pessimista. Esses cenários são simulados pela instituição a partir de pressupostos para os parâmetros orçamentários, incluindo o PIB, a inflação e a taxa de juros. Como resultado, são apresentadas trajetórias para os indicadores fiscais, como o resultado primário e a dívida bruta. Acesse-o em <https://www12.senado.leg.br/ifi/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>.

## **Serviço:**

### **Instituição Fiscal Independente**

Assessoria de Comunicação – Carla Caldas

[www12.senado.leg.br/ifi](http://www12.senado.leg.br/ifi) | [ifi@senado.leg.br](mailto:ifi@senado.leg.br)

Facebook: <https://www.facebook.com/INSTITUICAOFISCALINDEPENDENTE>

Instagram: <https://www.instagram.com/ifibrasil>

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/company/26273345>

Twitter: <https://twitter.com/IFIBrasil>